

Resolução 1 - Conjuntura

Ele não: Unificar as mulheres para enfrentar Bolsonaro!

É certo que a conjuntura atual é a mais difícil em décadas, em razão da ascensão da extrema-direita ao poder. De outro lado, há uma potência nova nas lutas das mulheres, do povo negro, dos povos indígenas, da juventude e dos setores populares.

O movimento de mulheres e as suas bandeiras são plurais e, por isso, é tarefa desta Setorial destacar a importância de construí-lo na sua totalidade. Somos muitas e não podemos estar dispersas. Nossa construção deve incorporar com as pautas das mulheres com deficiências; das mulheres religiosas; das camponesas e trabalhadoras assalariadas rurais; das ribeirinhas; das quilombolas; das indígenas; das mulheres atingidas por barragens e todas as vítimas do racismo ambiental; das mulheres em situação de rua; das mulheres idosas; das mães; das moradoras das favelas e zonas de exclusão de acesso aos direitos nas cidades; das operárias das fábricas às trabalhadoras informais; das pessoas trans, bissexuais e lésbicas; das mulheres pretas; das mulheres imigrantes e refugiadas e das minorias religiosas discriminadas.

Vivemos um processo de aprofundamento do conservadorismo no Brasil, que teve como ponto de virada importante o golpe institucional contra Dilma Rousseff, em 2016. A movimentação da direita golpista, seja via Congresso, seja via Judiciário expresso na operação Lava Jato, seja via redes sociais e igrejas fundamentalistas, abriu espaço para que os neoliberais-conservadores passassem a atacar frontalmente conquistas democráticas e aquelas obtidas pelos trabalhadores, pelas mulheres, povo negro, comunidade LGBT.

As políticas antipopulares do governo golpista de Michel Temer já apontavam para um incremento da desigualdade e da pobreza, que sempre torna miséria brasileiras ainda mais negras e femininas. A proposta de reforma da Previdência, a reforma trabalhista, a PEC da Morte e as intervenções militares, nos presídios e no Rio de Janeiro, atingiram de forma direta e indireta o conjunto das mulheres negras e trabalhadoras. A perspectiva colocada para a classe trabalhadora é a de morrer de trabalhar, sem garantia de educação, saúde e segurança para nossos filhos.

Cabe lembrar que ainda durante os governos petistas já eram levadas adiante políticas antipopulares e de “solução penal” da questão social, com agudização da repressão aos movimentos sociais e extermínio do povo negro, em particular da juventude periférica.

Exemplo disso foi o projeto de segurança pública de Cabral, no Rio de Janeiro, com aval do governo federal; as tropas brasileiras no Haiti; os recuos na política de reforma agrária; os megaprojetos de infraestrutura depredadores do meio ambiente e ameaçadores dos povos indígenas. Tudo isso, com uma política de aliança com o fundamentalismo religioso, que está na raiz do fortalecimento econômico e político desse setor. No entanto, com o golpe, essas políticas ganharam um novo peso central e formas menos mediadas, uma vez que o grande capital descartou o PT como administrador do Estado.

O projeto da direita e do grande capital para o país, com o golpe e a conversão da Lava-Jato em instrumento dele, chegou a um novo patamar de articulação política durante as eleições de 2018, evidenciando o caráter juridicamente irregular, parcial e injusto da prisão do ex-presidente Lula. A candidatura Bolsonaro acabou por se viabilizar como alternativa política e

programática da direita, reunindo em sua coalizão defensores e articuladores da operação Lava-Jato, militares, fundamentalistas religiosos e discípulos de Olavo de Carvalho. Durante a campanha de 2018, a chapa presidencial do PSOL representada por Boulos e Guajajara cumpriu a importante tarefa de apresentar um programa político de defesa dos direitos e contra o retrocesso representado por Bolsonaro. A postura correta de apoio a Haddad contra Bolsonaro no segundo turno e a luta pela liberdade de Lula demonstram o compromisso do PSOL com a democracia e a luta por direitos.

Assim como a direita se reorganizou para aplicar com mais eficácia seu projeto social no último período, também vivemos uma importante reorganização da resistência dos movimentos sociais, protagonizada por mulheres e pelo movimento feminista. A Primavera Feminista e a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e o Bem-Viver em 2015, se contrapuseram ao então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e seus projetos para acabar com direitos sexuais e reprodutivos. Em 2017, foram as mulheres que protagonizaram as primeiras manifestações contra a Reforma da Previdência e contra PEC 181, que visava criminalizar o aborto legal no Brasil. Também em 2018, as mulheres tomaram as ruas, fosse exigindo justiça para Marielle Franco e Anderson Gomes, fosse a massiva mobilização do dia 29 de ,em todo país, com o #EleNão.

Com o #EleNão, ficou evidente que Bolsonaro e seu futuro governo encontrariam grande resistência e que a implementação de seu projeto não seria tão fácil.

A resposta que os movimentos negro e de mulheres deram ao brutal assassinato da nossa companheira Marielle Franco demonstra a necessidade de compreendermos como unir a representatividade política com uma densidade de programa que garanta de forma real a vida das mulheres. Marielle foi executada por ser representante de um programa político negro, feminista, LGBT, periférico, popular e socialista. E por isso tem sido símbolo do enfrentamento ao que representa Bolsonaro.

Paralelamente à resistência feminina e feminista, a direita conservadora tenta dar respostas ao aumento da violência contra mulher e às demandas de emancipação das mulheres. Tanto que as duas mulheres mais votadas do país são representantes do projeto político de Bolsonaro e se colocam como principais defensoras da Reforma da Previdência, dos cortes na educação e contra o aborto legal no país. Demonstrando que seu compromisso não é com a vida das mulheres, mas com garantir o lucro dos bancos e dos mais ricos.

É tarefa urgente apresentar ao conjunto das mulheres brasileiras um programa que seja contundente no combate ao feminicídio, à cultura do estupro, à misoginia, à superexploração e em defesa do nosso controle sobre nossos corpos. Um programa feminista, antirracista, voltado para as maiorias sociais, que se expresse em formulações para as lutas reais das mulheres e aponte para o questionamento dos sistema que nos mantém oprimidas. Um programa que esteja em movimento e em permanente construção coletiva; que seja democrático e plural; enraizado nos territórios e a serviço da construção de um movimento de mulheres combativo e independente.

Desde o início de seu governo, movimentos sociais e setores organizados têm ocupado as ruas para combater seu projeto nefasto. A popularidade de Bolsonaro vem caindo e as mensagens divulgadas pelo Intercept demonstram a instrumentalização da Lava Jato para pavimentar a vitória da direita. Internacionalmente, o Brasil tem sido alvo de atenção. O

desmatamento e a flexibilização da fiscalização na Amazônia estarrece diversos países.

Paralelo a esses desgastes, a pauta anti povo segue no Congresso Nacional, um exemplo disso foi o placar folgado de aprovação da Reforma da Previdência na Câmara dos deputados. É fundamental intensificar a presença nas ruas. Organizar as lutas de resistência é a tarefa central desse período.

Para enfrentar Bolsonaro e sua agenda de retrocessos, o fortalecimento da Setorial de mulheres do PSOL é fundamental. Esse encontro deve organizar as mulheres em todos os estados e instâncias do partido, e aprovar diversas campanhas de luta. Defender a aposentadoria e direitos sociais, combater o feminicídio e todo tipo de violência sexista, e lutar pela legalização do aborto e direitos sexuais e reprodutivos. É preciso aprovar campanhas das mulheres e as levar adiante com o conjunto do partido, em articulação com nossa valorosa bancada feminista no Congresso Nacional e nos estados.